

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE NUTRIÇÃO

Rayana de Castro Agnete

**O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19**

Porto Alegre

2022

Rayana de Castro Aguiete

**O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Nutrição, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Nutrição.
Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Ilaine Schuch

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Aguete, Rayana de Castro
O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DURANTE A
PANDEMIA COVID-19 / Rayana de Castro Aguete. -- 2022.
46 f.
Orientador: Ilaine Schuch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Curso de Nutrição, Porto Alegre, BR-RS,
2022.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar . 2.
Insegurança Alimentar e Nutricional . 3. Pandemia. I.
Schuch, Ilaine, orient. II. Título.

Rayana de Castro Agnete

**O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação como requisito parcial à
obtenção de grau de Bacharel em
Nutrição, à Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Curso de Nutrição.

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ilaine Schuch

Prof.^a Dr.^a Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz

Ms. Mariana Dihl Schiffner

Porto Alegre

2022

A Antônio José Rubim Agnete (*in
memoriam*), meu maior incentivador desde
o início da graduação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela saúde, força e coragem concedidas durante essa caminhada, para que eu chegasse até aqui. Também o agradeço por ter dado saúde aos meus familiares e por ter me guiado nos momentos mais difíceis dessa trajetória acadêmica.

Ao meu grande pai (*in memoriam*), Antônio José Rubim Agnete, por ter me ensinado valores que carregarei comigo para sempre. Muito obrigada pelas palavras de conforto nos momentos difíceis, pela força, dedicação, carinho e amor incondicional. Sem você, a realização desse sonho não seria possível. Obrigada por me olhar de algum lugar. Saudades!

Às minhas amadas mãe e irmã, Maria Rosane de Castro Agnete e Rosana de Castro Agnete, pela paciência, companheirismo, amor, carinho e dedicação. Sem vocês, não seria possível chegar até aqui, pois sempre estiveram ao meu lado. Agradeço muito pelos ensinamentos, por terem acreditado em mim, por nunca terem permitido que eu desistisse dos meus sonhos e por todo apoio que me foi dado para eu chegar até aqui. Vocês são os meus maiores exemplos de vida!

A todos da minha família, agradeço por todo amor, carinho, força e incentivo que precisava para vencer essa etapa. Minha eterna gratidão!

A todos os meus amigos, agradeço o apoio, a força e a cumplicidade ao longo dessa etapa em minha vida. Agradeço também por tornarem os momentos mais leves, pelos conselhos e pelas risadas que fizeram muita diferença na minha vida.

À minha querida professora e orientadora, Prof^aDr^a Ilaine Schuch, por todo apoio, carinho, conselhos, ensinamentos e dedicação que tornaram possível o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também por me inspirar profissionalmente e ter me dado muitas oportunidades maravilhosas dentro da universidade, as quais farão diferença na minha vida profissional e humana.

À banca examinadora por aceitar meu convite e se disponibilizar a avaliar este trabalho.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e todos os professores do curso de Nutrição, a minha eterna gratidão por ter proporcionado tamanho crescimento profissional e humano.

Enfim, sou grata a todos que me apoiaram e contribuíram de forma direta e indireta para realização desse sonho. A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante política pública que tem como estratégias garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional de milhões de estudantes matriculados nas instituições públicas de ensino no Brasil. Com o surgimento da pandemia do coronavírus, as aulas presenciais foram interrompidas e a execução do programa ficou comprometida e desafiadora. **Objetivo:** Analisar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar na oferta de alimentos para famílias de estudantes de escolas públicas no período da pandemia de Covid 19. **Métodos:** estudo exploratório mediante de entrevistas com as diretoras de escolas públicas estaduais no município de Porto Alegre. **Resultados:** Evidenciou-se que durante a pandemia as diretoras ofereceram os gêneros alimentícios na forma de cestas de alimentos, as quais foram produzidas e compradas com os recursos do PNAE. Contudo, os recursos não foram suficientes para atender todas as famílias dos alunos matriculados e foram criados critérios para selecionar as famílias que mais precisavam receber os alimentos. Além disso, observou-se que algumas famílias dos estudantes se encontravam em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, muitas por relatos de diminuição de renda, perda de emprego e de dificuldades na compra de alimentos, devido à crise econômica e sanitária. **Conclusão:** O programa foi fundamental para auxiliar na complementação alimentar de muitas famílias de estudantes durante a pandemia, porém, foram enfrentados alguns desafios, em consequência, principalmente pela insuficiência de recursos do programa, levando as distribuições de alimentos para algumas famílias que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade social, não contemplando todas aquelas famílias dos estudantes matriculados nas escolas e que necessitavam de auxílio para alimentação. Assim, é necessário haver maiores investimentos e colaborações públicas para que haja ampliação dos recursos financeiros, contribuindo assim para a adequação e evolução do PNAE.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Insegurança Alimentar e Nutricional; Pandemia.

ABSTRACT

Introduction: The Brazilian National School Nourishment Program (PNAE) is an important public policy which its strategies are to guarantee the Human Right to Appropriate Nutrition (DHAA) and Food and Nutrition Security for millions of students enrolled in public educational institutions in Brazil. With the emergence of the coronavirus pandemic, face-to-face classes were interrupted, and the execution of the program became compromised and challenging. **Objective:** To analyze the role of the Brazilian National School Nourishment Program in providing food to families of public-school students during the Covid 19 pandemic. **Methods:** exploratory study through interviews with school principals of state schools in the city of Porto Alegre. **Results:** It was evident that during the pandemic the principals offered foodstuffs in the form of food baskets, which were produced and purchased with PNAE resources. However, the resources were not enough to serve all the students' families, so criteria were created to select the families that most needed to receive the food. In addition, it was observed that some families were in a Food and Nutrition Insecurity situation, in which many of the cases showed reports of reduction of income, job loss and difficulties in buying food because of the economic and health crisis. **Conclusion:** The program was fundamental in the food complementation of many of the students' families during the pandemic. However, some challenges were faced mainly due to the insufficiency of the program resources, leading to food distributions for some families that were in situation of greater social vulnerability, not including all the families of the students enrolled in schools of the city who also needed the support. Thus, it is necessary to have greater investments and public collaboration so there will be an expansion of financial resources, consequently contributing to the adequacy and evolution of PNAE.

Keywords: Brazilian National School Nourishment Program; Food and Nutrition Insecurity; Pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 — Identificação e caracterização da escola (BLOCO A)	26
Quadro 2 — Alimentação escolar: Em relação ao período de pandemia do coronavírus (BLOCO B)	27
Quadro 3 — Alimentação escolar: Em relação ao período anterior à pandemia (BLOCO C)	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19	14
3 JUSTIFICATIVA	22
4 OBJETIVOS	23
4.1 OBJETIVO GERAL.....	23
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
5 METODOLOGIA	24
5.1 TIPO DE ESTUDO	24
5.2 LOCAL DE ESTUDO.....	24
5.3 COLETA DE DADOS	25
5.4 INSTRUMENTO	25
5.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	25
6 RESULTADOS	26
6.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS	26
6.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19.....	26
6.3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO ANTERIOR À PANDEMIA COVID-19	30
7 DISCUSSÃO	32
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS DIRETORAS ESCOLARES	43

1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência em saúde pública devido a Covid-19, doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2), notificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na China. Essa doença espalhou-se rapidamente fazendo com que a OMS a definisse como pandemia (BRASIL, 2020a).

Como estratégia de enfrentamento a COVID-19, o Ministério da Saúde recomendou medidas de isolamento e quarentena, fazendo com que as redes municipais, estaduais e federais de ensino suspendessem as aulas e as atividades presenciais nas escolas de todo o país (BRASIL, 2020a).

A crise sanitária associou-se à crise econômica, provocando uma alta de desemprego, desigualdade social e do risco de crise alimentar no Brasil (SOUZA et al., 2021). Esses fatores podem afetar a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) da população, gerando aumento na prevalência da Insegurança Alimentar e Nutricional (SANTOS et al., 2021). O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um dos programas de alimentação e nutrição mais antigo do governo brasileiro na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) instituído na década de 50 (PEDRAZA, 2018).

Considerado atualmente como um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas do mundo a englobar a alimentação escolar e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que visa fornecer alimentação saudável e adequada aos estudantes de toda a educação básica pública, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e na formação de hábitos alimentares saudáveis, através da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência na escola (PEIXINHO, 2013; BRASIL, 2009).

A alimentação oferecida através do programa deve suprir, no mínimo, em 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental (BRASIL, 2020g). Com aulas presenciais suspensas, as entidades executoras necessitaram se adaptar para garantir a alimentação escolar aos estudantes.

Dessa forma, foi autorizada, em caráter excepcional, de acordo com Lei nº 13.987/2020 e a resolução nº 2/2020, a distribuição de alimentos adquiridos com os

recursos do PNAE às famílias dos estudantes. A resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu também que o poder público local ficaria responsável pela operacionalização do programa, no qual os alimentos poderiam ser ofertados na forma de cestas de alimentos, seguindo as normas da legislação do PNAE (BRASIL, 2020c).

Entre as inúmeras consequências que esta pandemia pode atingir, a acentuação da fome e da miséria propende a ser uma das mais graves (PORTAL, 2021). O Brasil apresenta alto grau de insegurança alimentar, segundo pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, através do Projeto Vigisan, 55,2% da população brasileira estava em estado de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

A pesquisa observou que a proporção da população em situação de insegurança alimentar aumentou drasticamente em comparação aos valores das investigações anteriores, com um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). Ou seja, é notório que a pandemia escancarou e agravou um problema social que já estava em andamento no país, com o aumento da pobreza e maior concentração de renda entre os mais ricos (REDE PENSSAN, 2021).

Observa-se ainda que essa situação pandêmica colocou em risco a execução do PNAE e a Segurança Alimentar e Nutricional de milhares de estudantes e suas famílias, apesar de terem sido publicadas normativas para orientar a sua efetivação, muitos desafios surgiram na prática.

Segundo a pesquisa da UNICEF - Brasil (2020), as famílias estão sofrendo cada vez mais com os impactos econômicos e sociais da crise sanitária, especialmente, os mais vulneráveis. A renda das famílias com crianças e adolescentes caiu principalmente durante a pandemia, aumentando o número de famílias que não conseguiram se alimentar adequadamente porque a comida havia acabado e por não possuírem mais dinheiro para comprar mais alimentos, principalmente daqueles que apresentavam renda familiar de até um salário mínimo (UNICEF, 2020).

A suspensão das aulas nas escolas públicas significou a interrupção ou a precarização do acesso à alimentação por meio do PNAE, o que impactou diretamente no orçamento das famílias e prejudicou, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, a alimentação dos alunos, sobretudo de crianças e adolescentes

(AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020). Desse modo, aponta-se que o PNAE tem um papel fundamental no combate à insegurança alimentar e à fome durante a pandemia.

Diante do exposto o objetivo deste estudo é analisar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar na oferta de alimentos para famílias de estudantes de escolas públicas de Porto Alegre no período da pandemia de Covid 19.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

A atual crise sanitária conhecida como Covid-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS-Cov, iniciou no final de 2019, caracterizada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. No dia 26 de fevereiro de 2020, o Brasil confirmou o seu primeiro caso de infecção pelo coronavírus, que tem como principais meios de transmissão: o ar ou o contato direto com pessoas infectadas, por meio de gotículas de saliva, espirro, tosse e secreções que podem contaminar objetos e superfícies (WHO, 2020). Dessa forma, as medidas de prevenção na tentativa de frear a propagação do vírus incluem usar máscara corretamente, higienizar as mãos com água e sabão ou usar álcool em gel, cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir com o antebraço ou lenços descartáveis, evitar aglomerações e manter ambientes ventilados (BRASIL, 2020a).

O Ministério da saúde, através da Portaria MS nº 356, estabeleceu medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19, como o isolamento social e a quarentena. À vista disso, o isolamento social é uma das orientações sociais de proteção da OMS mais importante e eficaz para a contenção do contágio do vírus. Entre as medidas preferencialmente adotadas pelos governos estaduais e municipais para reduzir o fluxo de pessoas em espaços coletivos, está a paralisação de diversas atividades não essenciais como, por exemplo, o fechamento de atividades econômicas não essenciais, a paralisação de atividades educacionais na forma presencial e o cancelamento de eventos culturais (BRASIL, 2020b).

Nesse sentido, Ribeiro-Silva et al. (2020) ressaltam que essas necessárias medidas preventivas de distanciamento e isolamento social impactam diretamente nas condições socioeconômicas de famílias brasileiras, principalmente aquelas mais vulneráveis economicamente, dado que essa demanda atinge a renda daqueles que trabalham no comércio e de forma informal.

Scipioni et al. (2020) enfatizam que além da crise sanitária, a nova doença repercute em consequências sociais graves, com acentuação da pobreza e da fome. Nessa direção, o surgimento da pandemia pelo novo coronavírus deixa mais explícito a forma de organização de uma sociedade e seus problemas, dado que ela emerge

em um contexto em que mais de 820 milhões de pessoas passam fome, o que equivale a cerca de uma em cada nove pessoas no mundo (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, & WHO, 2019).

No Brasil, a Covid-19 chega a momento de estagnação econômica e do desmonte das políticas públicas (do sistema de saúde, de SAN e de proteção social), além do aumento rápido da miséria e dos indivíduos em situação de rua. Essa conjuntura de desestruturar essas políticas, principalmente as de SAN, que tem como objetivo combater a fome contribui ainda mais para que grande parte da população brasileira se encontre numa situação de alta vulnerabilidade frente a essa pandemia (ASBRAN, 2020).

Dessa forma, Guilherme, De Carvalho e Tabai (2021) afirmam que os programas e as políticas públicas de SAN têm sido impactados pelo cenário pandêmico do COVID-19. Visto que, reflete diretamente no sistema alimentar e de outras necessidades humanas fundamentais, aumentando as desigualdades sociais, raciais e de gênero já presentes, e deste modo, afetando a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a situação da SAN, sobretudo entre os mais vulneráveis socialmente (ALPINO et al., 2020).

Durante a crise a preocupação com a aquisição dos alimentos é enorme. O Brasil tem vivência com programas que assegurem o consumo alimentar adequado para os grupos importantes. Entre eles, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado um dos programas que têm como objetivo promover uma alimentação saudável e adequada aos escolares brasileiros durante os dias letivos, sendo de suma importância durante este contexto histórico como estratégia para combater a fome de vários grupos vulneráveis no Brasil (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

A suspensão das aulas presenciais e o fechamento das escolas são medidas necessárias para o controle do COVID-19, contudo ameaça a garantia do direito humano à alimentação escolar, beneficiada por aproximadamente 40 milhões de estudantes de escolas públicas, através do PNAE (SPERANDIO; MORAIS, 2021).

Assim, desde o dia 23 de março de 2020, as redes municipais, estaduais e federais de ensino do Brasil começaram a se adaptar ao contexto da pandemia do novo coronavírus, suspendendo as aulas e atividades presenciais, levando à paralisação do sistema de ensino do país (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020). Do mesmo modo, a alimentação escolar foi paralisada, afetando não somente

os estudantes, mas também os responsáveis implicados na produção de alimentos para o funcionamento do PNAE (SILVA et al., 2021).

No contexto da pandemia, o seguimento do ensino de forma remota das escolas, agregado à expectativa do aumento da INSAN, devido à diminuição de renda das famílias, faz com que o PNAE seja uma estratégia mais do que fundamental nesse período (SPERANDIO; MORAIS, 2021). Em vista disso, a legislação do PNAE sofreu adaptações para garantir o direito da alimentação dos escolares e assegurar o direito humano à alimentação, previsto pela Constituição Federal no artigo 6º. Em sete abril de 2020, a Lei nº 13.987 (que altera a lei 11.947, de 16 de maio de 2009) autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão da situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos familiares ou responsáveis dos estudantes das redes públicas de ensino (BRASIL, 2020c).

Baseado nisso, o PNAE começou a enfrentar vários desafios e dificuldades para o seu funcionamento durante a pandemia, entretanto, ao mesmo tempo dispunha como um significativo programa para a alimentação e nutrição de escolares e familiares nesta situação crítica (SILVA et al., 2021). Sendo assim, Amorim, Júnior e Bandoni (2020) apontam duas preocupações que assomaram com relação ao funcionamento do PNAE durante a pandemia. A primeira é a respeito da universalidade do programa, devido às normativas para a execução do PNAE neste período crítico, se dá autonomia às entidades executoras para definir os critérios de elegibilidade, dado que em alguns casos, houve a restrição e a privação de estudantes que necessitavam dos alimentos. A segunda preocupação relaciona-se à manutenção da aquisição dos alimentos da agricultura familiar e da qualidade dos alimentos oferecidos.

Da mesma forma, Pereira et al. (2020) apresentaram os principais desafios a serem enfrentados para a execução do PNAE, dentre eles: o valor per capita repassado para a alimentação, as dificuldades referentes à agricultura familiar e o aumento da demanda do conselho de alimentação escolar. Ainda relatam que, apesar das normativas que autorizam a distribuição de gêneros alimentícios do PNAE aos responsáveis dos estudantes durante a pandemia, o fato de ter dado autonomia às entidades executoras para manter a funcionalidade do programa, e não mencionar a universalidade no atendimento, há a possibilidade de enfraquecer a execução local.

Para orientar as Entidades Executoras (EEx) no processo de operacionalização do PNAE e na elaboração da melhor estratégia para a oferta da alimentação nesta situação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) junto ao Ministério da Educação (MEC), no dia 9 de abril de 2020, publicou a resolução nº 02 que dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de calamidade pública resultante do novo coronavírus, estabelecendo que a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos desse programa de alimentação referido, podem ser entregues às famílias ou responsáveis dos estudantes da rede pública de ensino, com os critérios sendo estabelecidos pelos gestores locais (BRASIL, 2020d).

De acordo com segundo parágrafo do artigo 2º da resolução mencionada, os gêneros alimentícios podem ser distribuídos em forma de kits e devem ser elaborados seguindo as determinações da legislação do PNAE, no que se refere à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares e a cultura local, sendo de preferência, compostos por alimentos *in natura* e minimamente processados, tanto para gêneros perecíveis quanto para os não perecíveis. Os kits podem ser compostos por gêneros alimentícios já adquiridos, que estão em estoques nas unidades de alimentação, ou aqueles originários dos processos licitatórios e chamadas públicas da agricultura familiar. Além disso, a legislação recomenda a inclusão de orientações relacionadas à higiene correta de todos os produtos e embalagens concedidos no kit, às famílias dos estudantes (BRASIL, 2020d).

A partir disso, com o objetivo de orientar o agricultor familiar e demais profissionais como os gestores de escolas públicas, nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar e entre outros agentes envolvidos na execução do PNAE, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em conjunto ao MEC, divulgaram uma cartilha com orientações para a execução do PNAE durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), tendo como guia as orientações do Ministério da Saúde (MS) e da OMS, a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Esse material apresenta informações sobre o planejamento e recebimento de alimentos, aquisição da agricultura familiar, prestação de contas, e principalmente em relação às novas estratégias para a distribuição dos gêneros alimentícios no período de pandemia, enfatizando que todos os estados e municípios podem repassar os alimentos adquiridos através dos recursos do PNAE de forma direta às famílias dos estudantes matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2020e).

Salienta-se, ainda, que os kits de alimentos precisam ser definidos e planejados pelo responsável técnico do PNAE, isto é, o nutricionista, levando em consideração a quantidade de cada gênero alimentício adequado à faixa etária e de acordo com o número de refeições que os estudantes estariam realizando na unidade escolar. Inclusive, a oferta semanal de frutas *in natura* e de hortaliças deve ser mantida, sempre que possível, para assegurar a qualidade nutricional da alimentação escolar (BRASIL, 2020e). Em relação ao recebimento dos alimentos, a equipe que for responsável por este procedimento terá que cumprir as orientações da Resolução RDC nº 216 de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação. Além disso, o processo de distribuição dos gêneros alimentícios deverá ser a critério da gestão local, com a finalidade de evitar aglomerações é recomendado que os estados e municípios, sempre que possível, entreguem os kits aos alunos em suas residências, ou programem a entrega nas escolas ou em outro locais, com apoio dos equipamentos públicos, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, Centros de Referência de Assistência (CRAS), entre outros (BRASIL, 2004; BRASIL, 2020e).

Além de oferecer alimentação aos estudantes durante o período de pandemia, os gestores devem seguir as determinações da legislação do PNAE, art.14 da Lei 11.947/2009, no que se refere à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O PNAE estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados aos estados e municípios pelo FNDE, para a alimentação escolar, devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. O FNDE preconizou na cartilha, a fim de garantir o fornecimento de itens da agricultura familiar, novas alternativas para a execução do mesmo, apresentando estratégias para atuar em relação aos contratos vigentes e às novas aquisições, como a manutenção dos contratos firmados com os agricultores familiares e a elaboração da chamada pública eletrônica, considerando todas as etapas relativas ao processo de aquisição e concluindo com o contrato de compra e venda. Além do mais, é fundamental a continuidade da compra da agricultura familiar, respeitando o calendário de entrega já estabelecido, de forma que o agricultor não seja onerado (BRASIL, 2020e).

Destaca-se, ainda, que o PNAE além de promover uma alimentação adequada e saudável às crianças e adolescentes no período escolar, tem a capacidade de interligar a agricultura familiar local e a alimentação escolar, trazendo benefícios não

somente aos estudantes, mas também para agricultores e a comunidade local. A estratégia do programa mencionado é elementar para conter os efeitos negativos da pandemia tanto na alimentação escolar quanto na agricultura familiar, visto que estimula o desenvolvimento local, fortalece a manutenção de produção e renda dos agricultores familiares, garantindo assim a oferta de alimentos de qualidade à comunidade escolar neste período crítico (BICALHO; LIMA, 2020; NOGUEIRA; MARCELINO, 2021; RODRIGUES et al., 2017).

De maneira complementar, é importante ressaltar que, embora a Lei nº13.987/2020 autorize a distribuição de alimentos do PNAE aos familiares para serem consumidos em casa, a normativa não é uma exigência, mas sim uma recomendação aos gestores municipais e estaduais, assim dizendo, não estabelecendo obrigatório que as entidades executoras continuem com o funcionamento do PNAE com o recurso financeiro repassado pelo FNDE durante a paralisação das aulas, não fazendo referência a respeito que o programa tenha caráter universal no atendimento, propiciando, assim, a possibilidade do agravamento da INSAN de inúmeros estudantes através de ações focalizadas de certos grupos de escolares (BICALHO; LIMA, 2020; PEREIRA et al., 2020).

Com essa atitude de não obrigatoriedade, mesmo atentando à universalidade de atendimento do programa, têm-se diferentes estratégias dos poderes executivos das esferas municipais e estaduais para a oferta da alimentação escolar durante a suspensão das aulas, por um lado há relatos de que algumas entidades executoras dispuseram cestas com alimentos provenientes da agricultura familiar, por outro lado outras adotaram a estratégia de renda focalizada naqueles mais socialmente vulneráveis ou ainda a oferta de kits com alimentos que continham ultraprocessados (BICALHO; LIMA, 2020; PEREIRA et al., 2020). Entretanto, Alpino et al. (2020) apontam que fica evidente os descompassos quanto à implementação da normativa nos contextos locais e das estratégias para a garantia do DHAA. Dessa maneira, a esfera federal junto à sociedade civil, deve agir para que os gestores efetuem inovações necessárias para aderir a essa lei, mobilizando-se para que atinja 100% das famílias dos alunos com acesso a esses alimentos, restringindo o efeito da INSAN e auxiliando as famílias que mais estão em situação de vulnerabilidade social (BICALHO; LIMA, 2020).

Pereira et al. (2020) enfatizam que a insuficiência de recursos financeiros visa a se agravar durante a pandemia, na medida em que se tem o aumento do custo

alimentar per capita, visto que, é necessária uma quantidade maior de gêneros do que o empregado na produção de refeições que acontece nas dependências das escolas, para os quais se fazem necessários ajustes nas quantidades de alimentos de difícil fracionamento e com embalagens que afetam o porcionamento. Junto a isso, se somam os custos, em virtude do aumento do preço dos alimentos e do investimento gerado pela compra de materiais de higiene (máscaras, luvas, álcool em gel, entre outros) para os cuidados relativos ao processo de confecção e distribuição dos kits da alimentação escolar. Conseqüentemente, trazendo dificuldades ainda maiores para os municípios que possuem maior dependência dos recursos federais, em razão do baixo desenvolvimento econômico (JORGE et al., 2020).

Com indícios da retomada gradual de atividades presenciais em escolas de alguns estados e municípios, meses após a suspensão temporária das aulas no país, a gestão de preparo e distribuição das refeições escolares precisou ser adaptada ao contexto de prevenção sanitária da pandemia do novo coronavírus. Assim, a Coordenação-Geral do PNAE, através da Coordenação da SAN, estabeleceu um Grupo Técnico de Trabalho para a elaboração de recomendações técnicas para a execução das atividades do PNAE no retorno presencial às aulas durante a pandemia da Covid-19. O Grupo Técnico de Trabalho possuiu representantes do Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição (CECANE), Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Conselho Nacional de Nutricionistas 1ª Região (CRN1), universidades públicas, além de nutricionistas que atuam no PNAE e professores de ensino e pesquisa sobre alimentação escolar. Esta publicação foi lançada pelo FNDE com o objetivo de garantir a segurança sanitária à toda comunidade escolar no regresso das aulas presenciais de escolas da rede pública de ensino, principalmente durante as refeições escolares, promovendo assim a SAN e ações de educação alimentar nutricional.

Esse documento traz inúmeras orientações quanto às adaptações sanitárias necessárias para a prevenção, o controle e a contenção de riscos à saúde, tendo em vista minimizar os riscos de transmissão da Covid-19 à sociedade escolar. Para mais, a cartilha apresenta no total dezesseis protocolos com recomendações técnicas, como por exemplo, sobre a higienização de instalações de equipamentos, móveis, utensílios, produtos, embalagens e superfícies de preparo das refeições, bem como orientações em relação ao transporte, recebimento e armazenamento dos alimentos,

higienização das mãos, uso de luvas e máscaras de proteção, e dentre outros (BICALHO; LIMA, 2020; BRASIL, 2020f).

Em conclusão, a pandemia do Covid-19 trouxe novos obstáculos para todos os setores da sociedade, entre eles um dos mais complexos é atingir distintas maneiras que contribuam para a garantia do DHAA e para a concretização da SAN da população, especialmente dos mais vulneráveis à INSAN. O PNAE é uma das políticas públicas de SAN mais importante e antiga do Brasil, além de ser considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, sendo o único com atendimento universal. Dessa forma, com o intuito de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), torna-se imprescindível garantir a continuidade do PNAE durante toda a essa situação de calamidade pública, visto que representa uma das estratégias fundamentais a fim de assegurar o acesso universal a uma alimentação adequada, saudável, sustentável e de qualidade a crianças e adolescentes da rede pública de ensino de todo o país, além de ser considerado um dos mercados significativos para a geração de renda de diversos agricultores familiares (PEIXINHO, 2013; PEREIRA et al., 2020; RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema desta monografia justifica-se pela importância de discutir e tratar sobre o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em relação às escolas de Porto Alegre, com o propósito de promover Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no ambiente escolar no período da pandemia de Covid-19. O ambiente escolar é um local primordial para a promoção da saúde, pois poderá estimular a formação de hábitos de vida saudáveis, sendo um deles a alimentação. As refeições escolares têm um grande impacto na vida dos estudantes, tornando-se fundamental para o combate da fome e para a garantia de uma alimentação acessível, adequada e saudável.

No ano de 2020, quando foi decretada pela Organização Mundial da Saúde a emergência em Saúde Pública devido à pandemia da COVID-19, várias medidas precisaram ser tomadas para o controle dessa doença, entre elas a suspensão das aulas presenciais nas escolas. A distribuição de alimentos executada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi afetada, colocando em risco a garantia do direito humano à alimentação adequada na rede pública de ensino, isto é, ameaçando a segurança alimentar dos alunos. Dentro desse contexto, faz-se necessário analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia em escolas públicas.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar na oferta de alimentos para famílias de estudantes de escolas públicas de Porto Alegre no período da pandemia de Covid-19.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as características das escolas públicas de Porto Alegre e de seu público-alvo;
- Identificar as necessidades de auxílio do PNAE para alimentação da família;
- Descrever a organização e gestão do PNAE nas escolas nesse período;

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DE ESTUDO

O delineamento deste estudo se define como uma pesquisa exploratória. O caráter exploratório da presente pesquisa tem como propósito aprimorar, elucidar e transformar concepções, visando o desenvolvimento de problemas ou hipóteses, promovendo, assim, maior familiaridade com o campo de exploração (GIL,2002).

A idealização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituiu-se a partir da vivência no programa de extensão “Viver Melhor na Escola: Educação, Saúde e Cidadania”. O mesmo se refere a um programa intersetorial baseado nas diretrizes das Políticas de Saúde e Educação, dentre eles o Programa Saúde na Escola (PSE). O programa é desenvolvido através de um trabalho conjunto entre diversos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como os professores, técnicos, profissionais das equipes de saúde da UBS Santa Cecília/HCPA/UFRGS, pós-graduandos, residentes e acadêmicos da área da saúde.

Seu propósito é fortalecer o vínculo entre a saúde e educação, facilitar o acesso aos serviços de saúde e garantir os direitos de crianças e adolescentes, mediante a realização de ações de promoção e prevenção da saúde na comunidade escolar, abrangendo as escolas públicas pertencentes ao território da Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Além disso, o seu público-alvo é a comunidade escolar, formada por alunos, familiares, professores, gestores e funcionários.

Partindo do princípio de que as ações de saúde são fundamentais no espaço escolar para garantir os direitos de crianças e adolescentes, esta monografia integra o projeto citado com o intuito de discutir o papel do PNAE na SAN de famílias com alunos matriculados em escolas públicas, pertencentes ao território da UBS Santa Cecília durante a pandemia do coronavírus.

5.2 LOCAL DE ESTUDO

A escolha das diretoras escolares para participação da pesquisa se deve ao fato de que havia trabalhos sendo desenvolvidos na instituição a partir do projeto de

extensão mencionado anteriormente. Dessa forma, foram selecionadas as diretoras que possuíam disponibilidade, as quais são apresentadas como D1, D2 e D3 ao longo deste trabalho; e as escolas que fizessem parte das ações do projeto de extensão, pertencentes ao território da UBS Santa Cecília em Porto Alegre.

5.3 COLETA DE DADOS

Inicialmente, a elaboração dos dados compôs-se a uma pesquisa bibliográfica baseada na análise de portarias das legislações relacionadas ao PNAE e sobre documentos científicos referentes à pandemia do coronavírus (Covid-19).

Posteriormente, os dados foram obtidos através de uma entrevista semiestruturada realizada com três diretoras de escolas públicas estaduais do município de Porto Alegre, no período de dezembro de 2021 a março de 2022, com a finalidade de compreender e avaliar a situação da alimentação escolar nestes locais durante a pandemia da Covid-19, através do PNAE. As entrevistas ocorreram de forma presencial nas escolas e foram anotadas e registradas pela pesquisadora de acordo com o questionário de estudo.

5.4 INSTRUMENTO

Para a realização da entrevista semiestruturada foi utilizado um questionário padronizado, com 21 questões divididas em três blocos: o primeiro bloco (A) teve como objetivo abordar os dados de identificação dos entrevistados e a identificação e caracterização da escola; o segundo bloco (B) interrogava sobre a alimentação escolar em relação ao período de pandemia do Coronavírus (Covid-19); e o terceiro bloco (C) perguntava a respeito da alimentação escolar no período anterior à pandemia.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta, os dados foram organizados em quadros, conforme bloco de perguntas de modo a facilitar a leitura e análise.

6 RESULTADOS

Foram entrevistadas as diretoras de três escolas públicas estaduais localizadas no território de abrangência da UBS Santa Cecília de Porto Alegre e que participam do programa de extensão.

6.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

O quadro 1 apresenta as principais características das escolas. Observa-se que as escolas possuem diferentes turnos, quantidades de alunos, turmas, professores e funcionários.

QUADRO 1 — Identificação e caracterização da escola (BLOCO A)

	D1	D2	D3
Modalidade de ensino	Fundamental	Fundamental e Médio	Fundamental e Médio
Turnos de funcionamento	Manhã e tarde	Manhã, tarde e noite	Manhã e tarde
Nº total de alunos	140	1320	320
Nº total de turmas	9	45	14
Nº total de professores e funcionários	26	91	35
Faixa etária dos alunos	6 a 18 anos	6 a 18 anos	6 a 18 anos

Fonte: Elaboração própria do autor (2022).

6.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19

O quadro 2 mostra os relatos das diretoras em relação à organização, planejamento e coordenação para a distribuição dos alimentos aos alunos matriculados e suas famílias no período da pandemia de Covid-19.

QUADRO 2 — Alimentação escolar: Em relação ao período de pandemia do coronavírus (BLOCO B)

QUESTÕES	RESPOSTAS: D1	RESPOSTAS: D2	RESPOSTAS: D3
A escola ofereceu alimentação aos alunos durante este período?	Sim	Sim, a escola ofereceu cestas de alimentos aos alunos que necessitaram ao longo do período da pandemia do coronavírus.	Sim
Qual a modalidade de oferta?	Foram entregues as cestas de alimentos, no qual foram montadas a partir dos alimentos que compramos com os recursos do programa.	Na forma de cestas de alimentos e nós fomos responsáveis por montar elas com os alimentos advindos do PNAE. As famílias vieram buscá-las na escola.	Foram entregues na forma de cestas de alimentos.
As famílias foram envolvidas?	Sim	Sim	Sim
A escola recebeu recursos para a alimentação escolar através do PNAE neste período?	Sim	Sim	Sim
Os recursos foram suficientes?	Não. Suficiente para atender algumas famílias identificadas com necessidade. Não conseguimos atender todos os alunos matriculados.	Não. Conseguimos ajudar aqueles que estavam incluídos nos critérios de seleção.	Não, não foram suficientes para todos os alunos.
Houve doações de cestas de alimentos para as famílias? Quantas?	Sim, em torno de 160 cestas de alimentos foram entregues às famílias.	Sim, foram doadas cestas de alimentos mais de 10 vezes e em cada vez foram entregues em torno de 100 cestas de alimentos.	Sim, durante a pandemia, em torno de 200 cestas.
Como as famílias foram selecionadas para receber a cesta de alimentos?	Famílias que recebem o Bolsa Família, Auxílio Emergencial ou outros programas do governo.	Famílias que recebem qualquer auxílio do governo.	Famílias que recebem o Bolsa Família ou são vulneráveis socioeconomicamente.

Houve aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar ao longo deste período?	Sim, conseguimos comprar 30% dos alimentos da agricultura familiar.	Sim, hoje compro em torno de 50% de alimentos da agricultura familiar.	Sim, conseguimos atingir os 30%.
Em sua opinião, qual a importância do PNAE?	O programa é muito importante para todos os alunos e eles gostam muito da merenda.	O PNAE é maravilhoso e completo para ajudar os alunos.	Acredito que é essencial para atender as necessidades básicas dos alunos.
Você considera que famílias dos alunos que frequentam esta escola estão em situação de insegurança alimentar/fome?	Sim, nós observamos as famílias mais vulneráveis socioeconomicamente.	Sim, nós sabemos que algumas famílias têm mais necessidades do que outras.	Sim, nós vemos famílias que precisam mais que outras.
No retorno à modalidade presencial, como está sendo a adesão dos alunos à alimentação escolar?	A adesão é muito boa, quase todos os alunos comem a merenda da escola, somente os pequenos que não comem muito porque trazem o lanche de casa ou são muito seletivos.	Muito boa, poucos alunos não comem a merenda da escola.	É boa, a maioria dos alunos consomem a merenda.

Fonte: Elaboração própria do autor (2022).

Com relação à alimentação escolar no período da pandemia, as diretoras relataram que ofereceram os gêneros alimentícios na forma de cestas de alimentos, que foram produzidas e compradas com os recursos do PNAE.

Foi necessária uma organização das escolas para a compra, preparação e entrega dos alimentos para as famílias. Estas, foram contatadas e orientadas sobre a retirada das cestas de alimentos e algumas delas foram envolvidas na execução dos processos de trabalho.

A entrega e a distribuição dos alimentos para as famílias foram realizadas nas escolas em dias específicos da semana, pois não poderia haver aglomerações de pessoas no ambiente. Em alguns casos foi necessário levar os alimentos até a residência de algumas famílias que não tinham condições de buscá-las. Principalmente daquelas famílias de alunos que moravam longe da escola e que não tinham condições financeiras para o deslocamento. As diretoras, vice-diretoras e alguns professores se dispuseram a realizar essas entregas voluntariamente e sem investimento da gestão central do programa.

As cestas foram produzidas através de alimentos que foram comprados ou que já continham em estoque. A D2 menciona que conseguiu oferecer algumas cestas a mais para algumas famílias por já haver alguns alimentos em estoque. Na mesma escola, a direção conseguiu entregar algumas cestas “mais completas”, porque havia carne bovina incluída nelas. Já as D1 e D3 dizem que por falta de recursos, entregaram cestas “mais simples”, sem a presença de carnes.

Com relação aos recursos do PNAE, os entrevistados esclareceram que estes não foram suficientes para atender todas as famílias e por isso, utilizaram critérios para selecionar as famílias que mais precisavam receber os alimentos: aquelas que estavam registradas no Cadastro Único ou que recebiam qualquer auxílio do governo através de programas, como o Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil, entre outros. Também, realizaram campanhas na comunidade interna e externa a escola para o recebimento de doações de alimentos e com o auxílio nos processos de trabalhos.

Quanto à insegurança alimentar das famílias dos estudantes matriculados, foram relatadas situações de extrema vulnerabilidade social, com perda de emprego e de dificuldades de compra de alimentos, e por isso, as direções entregaram um número maior de cestas de alimentos ao longo do período para algumas famílias que apresentavam uma situação crítica.

As diretoras contam que conseguiram comprar no mínimo 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar no momento da pandemia. Quando questionadas sobre a importância do PNAE, enfatizam que o programa é fundamental para todos os alunos e que eles gostam muito da merenda.

No que se refere a adesão dos estudantes à alimentação no retorno das aulas presenciais, informaram que a adesão estava sendo muito boa, na qual quase todos consumiam a merenda oferecida.

6.3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO ANTERIOR À PANDEMIA COVID-19

Nesta última parte da entrevista, representada através do quadro 3, foi analisado como funcionava a logística de distribuição dos alimentos no período regular de aulas, ou seja, antes da situação pandêmica.

QUADRO 3 — Alimentação escolar: Em relação ao período anterior à pandemia (BLOCO C)

QUESTÕES	D1	D2	D3
Como era a adesão dos alunos na alimentação escolar?	Era maior do que agora na pandemia.	Era menor que a adesão do período da pandemia.	Era menor que a adesão do período da pandemia.
Havia inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação?	Sim, 30%	Sim, 30%	Sim, 30%
Havia doações de cestas de alimentos para as famílias dos alunos?	Não	Não	Não
Que tipo de refeições e preparações são ofertadas na alimentação escolar?	Almoços (3x na semana) e lanches (2x na semana).	Almoço, lanche e jantar.	Almoços (3x na semana) e lanches (2x na semana).

Fonte: Elaboração própria do autor (2022).

Em relação ao período anterior à pandemia, as D1 e D3 informaram que as instituições ofereciam alimentação aos estudantes, na forma de almoço e lanches, através da compra pelo programa. Já na escola da D2 esclareceu que ofertava almoços, jantas e, às vezes, na forma de lanches.

A D1 falou que a adesão do consumo dos alunos era maior antes da pandemia. Já as D2 e D3 responderam que a adesão dos estudantes era menor antes do surto.

Por último, explicaram que no momento anterior à pandemia não havia a distribuição de cestas básicas e que alcançavam a compra de 30% de produtos vindos da agricultura familiar.

7 DISCUSSÃO

A alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição Federal que compreende todo o alimento oferecido no ambiente escolar e toda a alimentação praticada pelos estudantes durante o período em que estiverem na escola. Assim, compete ao poder público a adoção de ações e políticas públicas que sejam necessárias para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a SAN dos estudantes da rede pública básica de ensino (OLTRAMARI et al., 2020).

No Brasil, a Covid-19 surgiu no período de desmontes das políticas públicas, tanto orçamentárias quanto institucionais, envolvendo sobretudo as de SAN, ou seja, aquelas direcionadas ao combate da fome, o que favorece ainda mais a situação de vulnerabilidade da população brasileira em frente à pandemia (BICALHO; LIMA, 2020).

A interrupção das atividades cotidianas da população impactou de forma imediata na economia do país, ocasionando no aumento do desemprego e, por consequência, afetando a aquisição, o acesso e o consumo dos alimentos, nos quais são aspectos colaboradores para a insegurança alimentar e nutricional, vulnerabilidade social e a fome de inúmeras famílias de estudantes matriculados na rede pública de ensino brasileiro (ROCHA et al., 2021).

Diante disso, pôde-se observar com as entrevistas que a suspensão das aulas presenciais trouxe desafios a toda comunidade escolar. Aos familiares, no sentido que antes da pandemia não precisavam se preocupar com uma parte da alimentação de seus filhos, no qual era provida pela escola. E, as escolas, um dos maiores desafios foi continuar com o fornecimento alimentar durante esse momento atípico. Além disso, Alpino et al. (2020) refere que devido à crise econômica atual, o sustento de muitas famílias ficou comprometido e a possibilidade de compra de alimentos ficou ainda mais restrita para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Na literatura, Bicalho e Lima (2020) citam que no Brasil diferentes entidades executoras utilizaram estratégias para dar seguimento ao programa, entre elas, na forma de distribuição de cestas de alimentos ou refeições, ou transferência de recursos financeiros para as famílias dos estudantes, contudo, houveram limitações durante o processo, principalmente em relação a quantidade e qualidade nutricional dos alimentos a serem distribuídos pelos estados e municípios.

De acordo com a Resolução CD/FNDE no 6/2020, o direito à alimentação escolar visa garantir a SAN dos alunos, o acesso deve ocorrer de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social (Brasil, 2020g). Embora que na prática, de acordo com os resultados do estudo, não tenha acontecido dessa forma.

Paravidino, Ferreira e Monteiro (2021) explicam que o PNAE é destituído de recortes de prioridades para o seu atendimento. Além disso, mesmo no momento de suspensão de aulas, deve-se garantir o direito à alimentação de forma igualitária a todos os alunos matriculados nas redes públicas de ensino no Brasil.

Pereira et al. (2020) reforçam que a insuficiência de recursos financeiros se intensifica no decurso da pandemia, na mesma proporção que o custo alimentar per capita aumenta, visto que para compor as cestas de alimentos foi necessário utilizar uma quantidade maior dos gêneros alimentícios do que eram usados nas preparações de refeições no ambiente escolar. E deve ser levado em consideração também o custo para a produção das cestas, como as embalagens e outros materiais utilizados.

Nesse contexto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) recebe o repasse da União e direciona os recursos para as Entidades Executoras durante os meses letivos. Apesar de que os recursos do PNAE sejam de caráter suplementar, ou seja, as prefeituras, os governos estaduais e municipais devem realizar uma contrapartida a fim de complementar esses recursos para as refeições na escola, esta prática nem sempre é realizada, principalmente em locais com baixo desenvolvimento econômico, onde a alimentação escolar fica totalmente submetida aos recursos do FNDE (BRITO, PEREIRA e SANTOS, 2018; PEREIRA et al., 2020; ROCHA et al., 2021).

O PNAE é produzido para suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias dos estudantes (BRASIL, 2020g). Quando não são oferecidos os alimentos, haverá a omissão de necessidades nutricionais aos alunos, colocando-os em situação de risco a insegurança alimentar e nutricional. Com a permanência em tempo integral dos alunos em seus domicílios, esse risco envolve também suas famílias, já que em muitas situações os outros membros familiares também foram beneficiados com esses alimentos, por não terem condições de acesso a outros.

O fato é que os alimentos são ofertados em quantidades relativas ao período do dia que deveriam estar na escola, que podem assegurar apenas algumas refeições

ao longo do dia ou podem durar por um tempo menor do que o planejado. E as cestas de alimentos ao serem entregues às famílias, possivelmente são compartilhadas, o que reduzirá a quantidade de alimentos ingerida pelos escolares. Com isso, haverá menor aporte nutricional aos estudantes, principalmente daquelas famílias que não têm nenhum outro tipo de recurso para comprar os alimentos e, conseqüentemente, colocá-los em situação de risco a insegurança alimentar e nutricional (SPERANDIO; MORAIS, 2021).

O PNAE tem um papel fundamental no combate à insegurança alimentar durante a pandemia, visto como uma forma de amenizar as conseqüências da fome e de garantir os direitos dos alunos das escolas públicas ao acesso à alimentação escolar (AMORIM, 2020; BICALHO, 2020). Além disso, as conseqüências sociais causadas pela Covid-19 foram drásticas, impactando diretamente no aumento da crise econômica e, conseqüentemente, no aumento do desemprego, na compra e acesso aos alimentos, fatores que podem levar, sobretudo, famílias brasileiras a situação de vulnerabilidade social (FREITAS; PENA, 2020).

Tendo em vista que as diretoras foram questionadas sobre a importância do PNAE na escola, Siqueira et al. (2014) reforça que a alimentação ofertada pelo PNAE é de suma importância para todos os educandos, sobretudo para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, no qual acresce um valor social articulado ao comer e reduz a privação vivida. Ele é uma política pública que articula como uma complementação da alimentação diária dos estudantes no período de aprendizagem e ensino, estabelecendo desta forma uma conexão entre a alimentação e a escola.

Nessa visão, reconhecida socialmente como lócus de aprendizagem, a escola se apresenta como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas de promoção à saúde, por ser um local onde crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo (FREITAS, 2013).

Apesar das dificuldades relatadas, outro ponto importante do estudo foi em relação à agricultura familiar, na qual todas as diretoras revelaram que conseguiram manter a compra de no mínimo 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar. A Resolução CD/FNDE nº 02/2020 reforça, sempre que possível, manter a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar ao longo da pandemia (BRASIL, 2020).

No período da pandemia a alimentação escolar não chegou a todos os estudantes, principalmente por falta de complementações orçamentárias e apoio à gestão do programa do nível central para o nível local, de execução.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar na oferta de alimentos para famílias de estudantes de escolas públicas no período da pandemia de Covid 19.

Verificou-se que neste período o processo mudou completamente. As diretoras enfrentaram um enorme desafio e criaram estratégias de produção para fornecer os gêneros alimentícios na forma de cestas de alimentos.

O estudo mostra que a gestão do PNAE se mostrou flexível ao realizar ações temporárias para atender a comunidade escolar, e foi fundamental para auxiliar na complementação alimentar de muitas famílias de estudantes durante a pandemia. Contudo, foram enfrentados alguns desafios como a insuficiência de recursos do programa, levando as distribuições de alimentos para algumas famílias que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade social, não contemplando todas aquelas famílias dos estudantes matriculados nas escolas e que necessitavam de auxílio para alimentação.

Destaca-se também o esforço das equipes das escolas que enfrentaram inúmeros desafios para efetuar o programa a fim de auxiliar o máximo de estudantes e suas famílias com a distribuição da alimentação escolar, com pouco recurso, precisando de auxílio voluntário. Assim, é fundamental que as autoridades governamentais forneçam maior apoio às escolas, principalmente aos gestores escolares.

Este trabalho pode auxiliar a compreender as possibilidades e desafios das ações de execução do PNAE no período de estado de calamidade pública. Além de reforçar a importância deste programa para toda a comunidade escolar, e servir como alerta sobre a necessidade de melhorias para a sua efetivação, principalmente na adequação dos recursos repassados às escolas.

Considera-se importante a realização de futuras pesquisas que viabilizem avaliar os impactos das ações do PNAE durante a pandemia, a fim de desenvolver intervenções e melhorias principalmente para os períodos de calamidade pública.

REFERÊNCIAS

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n8/e00161320/>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, jul./ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFvmJKZqZyCYQ/?lang=pt>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

ASBRAN - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar! Fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil.** São Paulo: ASBRAN, 2020. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-SAN-e-Combate-a-fome-emtempos-de-Coronav%C3%ADrus-correto.pdf-2.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2021.

BICALHO, Daniela; LIMA, Tácio de Mendonça. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. 52076, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Encontro Nacional 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2: Relatório Final.** Brasília, DF, jun. 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-2/5mais2/Web.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº02, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus-Covid-19. **Diário**

Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p.27-28, 13 abr. 2020d. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº06 de 08 de Maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 maio. 2020g. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511r> esolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em 11 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jun. 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em 12 mar 2022.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, edição 67, p. 9, 7 abr. 2020c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13987.htm>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (covid-19)**. Brasília, DF, 2020e. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/13454-orienta%C3%A7%C3%A3os-para-a-execu%C3%A7%C3%A3o-do-pnae-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa de avaliação da situação de Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas tituladas**. Brasília, DF, out. 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/406.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos**. Brasília, DF, 2020f. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/covid-19-aulas>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: sobre a doença**. Brasília, 2020a. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, edição 49, p. 185, 12 mar. 2020b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Viviane Guimarães; SANTOS, Adriano Pereira. Os limites, desafios e potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 190-222, 2018. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/304>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

DA CONCEIÇÃO ROCHA, Gilvânia et al. Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia: desafios e entraves. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e26110817176-e26110817176, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17176>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations; IFAD- International Fund for Agricultural Development; UNICEF - United Nations Children's Fund; WFP - World Food Programme; WHO - World Health Organization. **The State of Food Security and Nutrition in the World: Safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Rome: FAO, p. 239. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2021.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, RS, v. 8, n. 1, p. 34-40, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18903>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de et al. Escola: lugar de estudar e de comer. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 979-985, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/wFPcYQBZmN4pqBQxDH8YNLF/?lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. *E-book*. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GUILHERME, Regina Aparecida Messias; DE CARVALHO, Emmanuel Pereira; TABAI, Katia Cilene. O impacto da pandemia da Covid-19 na (in) segurança alimentar da população brasileira sob a ótica intercultural e interdisciplinar. **Revista Faz Ciência**, v. 23, n. 37, p. 165-182, jan./jun. 2021. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/27024>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

JORGE, Jordana dos Santos et al. Atuação do legislativo no Programa de Alimentação Escolar em municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 19862-19874, nov./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/22371>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

NOGUEIRA, Virgínia Gomes de Caldas; MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. **Revista de Política Agrícola**, v. 1, n. 1, p. 117-129, 2021. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1131983/1/Covid-19-impactos.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2021.

OLTRAMARI, Karine et al. Estratégias de enfrentamento da pandemia covid-19 na alimentação escolar do município de Curitiba–PR. **Revista Contexto & Saúde**, v. 20, n. 41, p. 80-89, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/11391>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PARAVIDINO, Alessandra Barreto; FERREIRA, Débora Spotorno Moreira Machado; MONTEIRO, Jéssica Oliveira. Assistência estudantil e alimentação escolar: Reflexões baseadas em um trabalho interdisciplinar. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 79-94, 2021. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/494/424>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PEDRAZA, Dixis Figueroa et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 1551-1560, 2018.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.17832016>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n4/909-916/pt>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PEREIRA, Alessandra da Silva et al. Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, ago. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15842>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PORTAL, Riziane Duarte; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; DO CANTO, Otávio. Alimentação escolar no contexto da pandemia COVID-19 nas Instituições Federais de Ensino da Região Metropolitana de Belém/Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 175-195, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9798/7380>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

REDE PENSSAN - A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br>>. Acesso em: 22 maio. 2021.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RODRIGUES, Rafael et al. A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 91-112, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/26701>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SANTOS, L.P. et al. Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública**, v.37, n.5, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00268520>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SILVA, Bruna de Moura Araujo et al. Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias quilombolas maranhenses. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. 43636, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/43636>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, Mariane Rodrigues; MURTA, Nadja Maria Gomes. Segurança alimentar com inclusão produtiva de agricultores familiares no programa nacional de alimentação escolar: Um estudo do município em Ladainha/MG. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, PR, v. 6, n. 6, p. 40250-40269, jun. 2020. Disponível em:

<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12135>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, Rônison Thomas de Oliveira et al. Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00 p. 1-9, mar. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661897>>. Acesso em: 21 maio. 2021.

SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. e00095220, 01 jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00095220>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SIPIONI, Marcelo Eliseu et al. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. **SciELO Preprints**, p. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/660>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SIQUEIRA, Renata Lopes de et al. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 301-310, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Y36FpmxJQbDYqKCWYMyCKDH/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SPERANDIO, Naiara; MORAIS, Dayane de Castro. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a resignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, n. 00, p. 1-11, 04 mar. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20396/san.v28i00.8661396>>. Acesso em: 21 maio. 2021.

UNICEF. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes: Relatório de análise 1ª Onda**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactosprimarios-e-secundarios-da-COVID-19-em-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION **Coronavírus disease (COVID-19) pandemic**. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 29 abr. 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS DIRETORAS ESCOLARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE NUTRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
Acadêmica: Rayana de Castro Aguiete
Orientadora: Prof^aDr^aIlaineSchuch

BLOCO A

**ENTREVISTA COM AS DIRETORAS DE ESCOLAS PÚBLICAS NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Data:

Local:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Entrevistado (a) (iniciais):

Cargo/função:

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

- 1- Quais as modalidades de ensino que a escola oferece?
- 2- Quais são os turnos de funcionamento?
- 3- Qual o número total de alunos?
- 4- Qual o número total de turmas?
- 5- Qual o número total de professores e funcionários?
- 6- Quais são as faixas etárias dos alunos

BLOCO B — ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**EM RELAÇÃO AO PERÍODO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19):**

- 1- Durante a pandemia a escola ofereceu alimentação escolar aos alunos?
- 2- Se ofereceu, qual foi a modalidade de oferta?
- 3- As famílias dos alunos foram envolvidas?
- 4- A escola recebeu recursos para a alimentação escolar através do PNAE no decorrer deste período?
- 5- Se sim, estes recursos foram suficientes para atender as necessidades de todos os alunos?
- 6- Houve doações de cestas de alimentos para as famílias dos estudantes? Se sim, quantas foram distribuídas?
- 7- Como as famílias foram selecionadas para receber a cesta básica?
- 8- Houve aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar ao longo deste período?
- 9- Em sua opinião, qual a importância do PNAE, como programa público?
- 10- Você considera que famílias dos alunos que frequentam esta escola estão em situação de insegurança alimentar/fome?
- 11- No retorno a modalidade presencial, como está sendo a adesão dos alunos à alimentação escolar?

BLOCO C— ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR À PANDEMIA:

- 1- Como era a adesão dos alunos na alimentação escolar?
- 2- Havia inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação?
- 3- Havia doações de cestas de alimentos para as famílias dos alunos?
- 4- Que tipo de refeições e preparações são ofertadas na alimentação escolar?